



VI Simpósio Nacional de HISTÓRIA CULTURAL

Escritas da História: Ver - Sentir - Narrar

IMAGENS EM CONTRAPONTO: MEMÓRIAS DE MODERNIZAÇÃO, TRABALHO E DOR – CAMPINA GRANDE, 1930-1950

Severino Cabral Filho*

1

O nosso objetivo com este trabalho é fazermos uma leitura da categoria *trabalho* e a sua realização no espaço urbano de Campina Grande, na Paraíba, entre os anos de 1930 e 1950. Para tanto recorreremos a um diverso arsenal de materiais que nos possibilitam uma visão mais ampla deste processo: imagens fotográficas, matérias veiculadas pela imprensa paraibana e campinense em particular, e processos judiciais relativos a acidentes de trabalho. Estamos certos que, uma vez cotejados com a devida atenção e cuidado, estes materiais podem nos revelar, por ângulos diferentes, mas complementares, fragmentos de experiências interessantes havidas em Campina Grande neste período. Acreditamos que esta reflexão seja importante para a compreensão do caráter ambíguo do qual este processo de modernização foi revestido: bênção e flagelo (GAY, 2002).

Interessa-nos ainda verificarmos alguns impactos da modernização tecnológica na vida de letrados, que vibravam com os sucessos econômicos dos quais eram defensores e deles de alguma forma se beneficiavam, e os trabalhadores, inseridos neste

* O autor é doutor em Sociologia e professor de História Moderna e Contemporânea na Universidade Federal de Campina Grande.

processo de modernização. Conflitos sociais atravessaram toda esta trajetória em que categorias sociais distintas, com interesses distintos, digladiaram-se em busca de afirmação social. Portanto, enfatizaremos as repercussões locais deste embate: não tomaremos estes homens e mulheres como massas amorfas tão comumente diluídas sob a denominação de *classe*. Reconhecemos e afirmamos, no entanto, que as lutas com que nos deparamos são, a rigor, lutas de classes, no seu sentido mais formal.

Procuraremos destacar mais as ações dos indivíduos, orientados pelos seus desejos, crenças, atitudes, e pelos meios de ação que a realidade social lhes colocava à disposição. Cercados pelas representações que herdamos de fotógrafos, de intelectuais e do Poder Judiciário, queremos revelar as tensões, os ganhos e as perdas havidas no mundo do trabalho campinense sob a influência de aparatos tecnológicos constitutivos daquela circunstância modernizadora. Bênçãos e flagelos. Partiremos do princípio segundo o qual a Paraíba e, especialmente, Campina Grande, já contavam com um número suficiente de trabalhadores e trabalhadoras que haviam incorporado ou estavam incorporando os valores do trabalho tal qual vinham pregando os burgueses em sua evangelização desde o século XIX. Portanto, as ações que esses homens e mulheres realizaram na busca pelo reconhecimento dos seus direitos derivam, em nossa compreensão, da aceitação das regras do jogo impostas ao mundo do trabalho na sociedade moderna.

Começamos o diálogo que queremos estabelecer entre as tantas imagens que referenciam o trabalho sob o prisma modernizante neste período com esta fotografia nº 1, feita em 1934, cujo teor é especialmente comemorativo. Trata-se do fardo de algodão número 50.000, prestes a ser exportado para Liverpool, Inglaterra, pela firma *José de Brito & Cia.*, empresa considerada como uma das maiores exportadoras de algodão da região. No fardo podemos ler algumas inscrições, com destaque para o número “50.000”, o seu possível peso 186 kg – um feito extraordinário apenas possibilitado pelas modernas prensas hidráulicas – e a palavra “Liverpool”, suposto destino daquela carga; também estão escritas as iniciais da empresa “J.B. & C”. Podemos ver, em pose, dezenove homens vestidos de terno e gravata, provavelmente proprietários e administradores da empresa, que cercam tão simbólico fardo de algodão, ícone de sua vitória.



Foto 1: Acervo Museu do Algodão de Campina Grande

De acordo com a legenda que acompanha esta imagem somos informados que a empresa responsável pelo enfardamento do algodão foi *José de Vasconcellos & C.* A mesma legenda informa que esta empresa era a maior do mundo em sua especialidade. Como se pode observar, a produção de superlativos para significar e valorizar Campina Grande é uma estratégia antiga de sua elite. Esta imagem também é importante porque nos apresenta aspectos do interior do espaço físico destinado ao trabalho; ela igualmente estabelece a distinção entre uma elite proprietária e administrativa e aqueles que parecem ser alguns dos trabalhadores daquela empresa. Olhando para o fundo da imagem poderemos ver a luz que entra no recinto através de três pequenas aberturas na parede, em forma de janelas, para a circulação do ar. A luz, ao incidir sobre a pilha de fardos de algodão, empresta-lhes um interessante destaque no conjunto da imagem: dota-lhe de uma espécie de halo brilhante, como deveria brilhar o ouro branco, essa alegoria da riqueza campinense. Além dos fardos de algodão podemos ver alguns homens – inclusive dois adolescentes à direita, próximos à parede – provavelmente os trabalhadores responsáveis pelo enfardamento do algodão.

Temos uma possibilidade de uma leitura interessante: no plano mais amplo, a internacionalização da cidade de Campina Grande através do vigoroso comércio algodoeiro mundial; as suas ligações com uma das maiores praças comerciais então existentes e os conseqüentes lucros e glórias – as bênçãos – que esses negócios proporcionavam àquela parcela constituída pelos comandantes campinenses daquela atividade, alguns representados no primeiro plano da imagem.

Por um momento o fardo de algodão nº. 50.000 é levado para a rua para ser apresentado a parte do povo campinense. Vemos ladeando o este precioso emblema os mesmos capitães da indústria que posaram ao seu lado na foto anterior. Homens, mulheres e crianças, muitos talvez até trabalhadores da empresa e moradores do seu entorno, posam respeitosamente em torno deste fetiche da modernização industrial da cidade.

Podemos imaginar que esta fotografia deseja expressar a participação coletiva na produção deste bem; que ele significa o trabalho e a dedicação direta ou indireta de todos os que nela, mais ou menos perfilados, são representados. Ela também se torna expressiva porque pode significar a realização de um registro visual de algo tão significativo para a elite letrada de Campina Grande que desejava fazer crer, através da difusão dos seus ideais progressistas, que a riqueza ali produzida *pertencia* ao povo campinense, como se isto fosse possível. Não é exagero sugerir que o fotógrafo que a produziu tenha estado influenciado por esta premissa no ato de pressionar o obturador de sua máquina.

A porta aberta da empresa deixa a impressão de que todos os presentes, como uma família, de lá saíram, como se a empresa a sua casa fosse. No pátio de “casa” reúnem-se todos para a comemoração de um grande feito coletivo digno do registro para a posteridade através de uma fotografia, como poderiam fazer durante as comemorações familiares mais importantes. Uma festa.



Foto 2: Acervo do Museu do Algodão de Campina Grande.

Quase sempre destinadas a produzir cenas positivas que valorizassem a Campina Grande e o seu desenvolvimento industrial e comercial, imagens como esta não nos mostram as dores, as lágrimas, o desespero – os flagelos – pelos quais tantos daqueles trabalhadores passaram para colocar esta cidade neste auspicioso contexto mundial, onde a modernização da produção e das condutas era o grande guia nesta marcha. Flagelos como o que narrou, resignado, o coronel Francisco Coutinho de Lima e Moura, à guisa de dedicatória no seu livro intitulado *Reminiscências*, ao escrever:

À imperecível memória dos meus queridos mortos, sintetizada neste meu boníssimo e mui dileto filho, Joaquim Inácio Coutinho de Lima e Moura, sacrificado no exercício das funções de seu cargo, trabalhando dia e noite, como fiscal da prensa de algodão, onde adquiriu a moléstia que o vitimou aos 32 anos, no dia 10 de março de 1939.¹

Diante de imagens tão diferentes como formas de representação, mas igualmente estimulantes e imprescindíveis para a compreensão de um determinado período histórico, podemos perceber uma relação nada tranqüila entre o trabalho, o progresso e a modernização. Progresso e modernização, expressões que tanto animavam a elite daquela cidade.

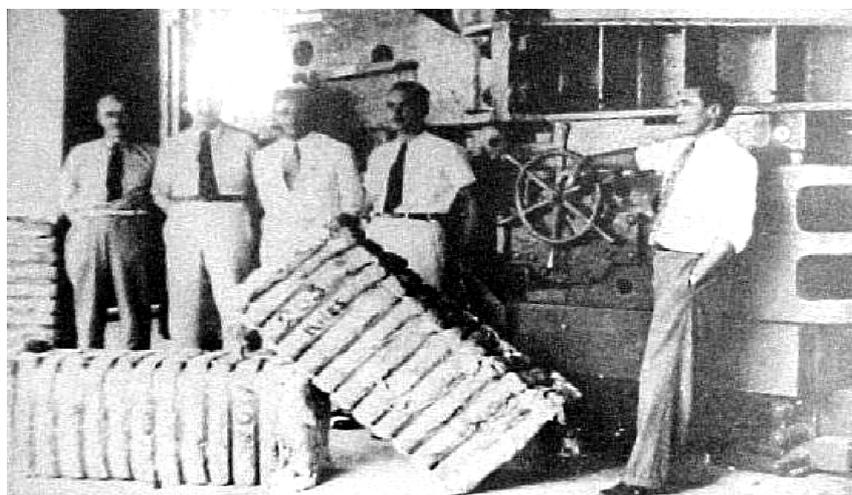


Foto 3: Acervo do Museu do Algodão de Campina Grande

¹ Este livro, sem referências bibliográficas, encontra-se no acervo do Museu Histórico de Campina Grande. Os grifos são nossos. Infelizmente o autor não informa em que empresa trabalhava o seu filho.

Com relação ao mundo do trabalho modernizado, uma das coisas que mais impressionaram os fotógrafos que trabalharam em Campina Grande no período que temos estudado foram os mais variados tipos de maquinaria que aportaram na cidade. Símbolos aceitos como propulsores do progresso ensejado pela produtividade de suas atividades industriais e comerciais, assim como um alento para as suas obras infra-estruturais, a maquinaria parece ter representado para aqueles produtores de imagens espécies de dispositivos para assinalar o desenvolvimento campinense. Isso é ainda mais visível quando o assunto é o beneficiamento do algodão, matéria prima e fator simbólico da riqueza de uma minoria privilegiada que capitaneava esta atividade industrial e comercial.

A fotografia nº 3 é bem significativa deste pensamento. Nela podemos sugerir a interligação, constituindo uma unidade, do equipamento automático, da racionalização e gerenciamento da produção e o produto acabado como sinais de progresso e riqueza. A máquina em questão, uma prensa hidráulica, é própria para o enfardamento do algodão que era negociado de Campina Grande com a Europa pelos idos dos anos 1930 e 1940. Em pose, cinco homens cujas roupas indicam serem diretores ou gerentes da produção. Em linha, numa postura séria e que enseja respeitabilidade, quatro homens dentre os quais um usa um terno completo. À direita, em postura descontraída, o outro componente da imagem repousa o braço esquerdo sobre a o mecanismo de fazer girar a prensa, enquanto a mão esquerda, cujo pulso ostenta um relógio, está colocada no bolso da calça. Podemos imaginar que a produção desta fotografia, a encenação que ela retrata, pode representar o estabelecimento da hierarquia nos níveis superiores, de organização e direção da empresa cuja razão social, infelizmente, não nos é dado conhecer. Os quatro homens que estão juntos, por certo querendo passar uma impressão de união e trabalho em equipe, em pose que conota respeito, talvez fossem subordinados àquele que parece segurar o “leme” (quem sabe o comandante daquela empresa).

O algodão é simbolizado por três fardos devidamente numerados e prontos para o embarque. Na composição da imagem foram organizados no primeiro e últimos planos, como que a não querer deixar dúvidas sobre quem era a razão de ser da constituição daquele cenário. Homens e máquina operariam, portanto, para possibilitar e

dar a forma final àquele símbolo que, uma vez produzido com o auxílio luxuoso de tão sofisticado equipamento técnico, traduzia riqueza, progresso e modernização.

Propomos, assim, que esta imagem nos permite vislumbrar aspectos caros aos ideais modernizadores que embalavam as mentes dos seus defensores em Campina Grande: a organização racional da produção em íntima vinculação com equipamentos técnicos, capazes de viabilizar uma maior produtividade, uma vez que esses maquinismos também significavam a impressão de ritmos mais velozes à produção, ampliando-a para espaços cada vez mais amplos e desejados.



Foto 4: Jornal A União (Publicada em Janeiro de 1940)

É o que também enseja a fotografia n° 4, que nos mostra uma máquina própria para a limpeza do algodão em caroço, conforme informa uma legenda junto à imagem publicada pelo jornal *A União*². Descarregar a malvácea e preparar o seu envio para o comércio internacional, motivo de orgulho e segurança de ótimos dividendos para os beneficiários daquele negócio.

A fotografia nos apresenta ainda – para além das placas de metal, engrenagens, cabos, tubos e correias transmissoras da máquina, interligando e fazendo funcionar os mecanismos para a limpeza do ouro branco – três homens em pose. As roupas usadas pelos dois que estão no plano de fundo da imagem assim como o seu distanciamento em

² Jornal oficial do Estado da Paraíba desde 2 de fevereiro de 1893 até os dias atuais.

relação à máquina não os identificam como trabalhadores braçais. O homem que está à direita, no primeiro plano, parece ser um operário ou técnico. O que ele usa na cabeça parece um capacete ou boné, e a sua mão esquerda está em contato direto com o algodão.

Esta imagem pode remeter a outros significados. Pode querer supor a união ou a associação em torno da máquina; o trabalho em equipe realizado por categorias sociais diferentes que compunham aquele mundo: um provável industrial, que sugerimos ser o homem vestido com terno, gravata borboleta e chapéu; um gerente ou apontador, representado no homem à esquerda e, por fim, o operador que trabalhava em contato direto com a máquina no beneficiamento do produto. Assim, podemos propor com esta fotografia uma imagem ideal do mundo do trabalho modernizado em Campina Grande: um universo aparentemente neutro, da produção e da riqueza, onde não haveria conflitos nem tensionamentos, mas imperaria a cooperação em prol do progresso e da riqueza da cidade.

Se fotografias como esta foram produzidas para elaborar imagetivamente e proclamar este ideal de cooperação entre categorias sociais distintas em prol da produtividade, do progresso e do desenvolvimento campinenses, por quais imagens poderíamos localizar o conflito, os revezes, os antagonismos tão comuns no mundo do trabalho cuja experiência histórica os encontra por todo o mundo? As imagens fotográficas, como podemos ver, ao abordarem o trabalho modernizado pela maquinaria, representaram o trabalho de maneira bem positiva, como se maquinismo, administração empresarial e trabalhadores vivessem sempre uma paz imperturbável, conforme toda a força de uma ideologia fotográfica – como sugere Arlindo Machado ao afirmar que a fotografia não pode ser o registro puro e simples de uma imanência do objeto: como produto humano, ela cria também com esses dados luminosos uma realidade que não existe fora dela, nem antes dela, mas precisamente nela (MACHADO, 1984).

Walter Benjamin – parafraseando Brecht – já afirmara que uma fotografia não diz quase nada sobre as instituições, ainda mais no mundo da produção fabril; a realidade da imagem transformara-se numa realidade funcional, onde as relações

humanas, com o que elas têm de conflitos e antagonismos, não se manifestam (BENJAMIN, 1993).

Assim, queremos sugerir que sinais dos conflitos e antagonismos sociais que compuseram este universo podem ser encontrados em muitos processos relativos a acidentes de trabalho³. As imagens que esses materiais proporcionam nos fazem deparar com o flagelo, a face nefasta da modernização. Aliás, neste tipo de documentação, nos é dado perceber muito da experiência vivida pelos trabalhadores e trabalhadoras que contribuíram com a sua força de trabalho para que se efetivassem os ganhos dos empresários campinenses.

Este percurso foi ladrilhado pelas promessas de uma legislação trabalhista promissora que, discursivamente, protegeria o trabalhador da sanha despótica patronal, assegurando a harmonia entre as classes sociais em benefício da produtividade do país e da felicidade da sociedade nacional. Sem dúvidas um projeto de peso para a consolidação da modernização das relações de trabalho brasileiras que acompanhava a modernização ocorrida por entre os processos produtivos nos mais diversos setores. Em Campina Grande a modernização dos processos produtivos quer nos setores comerciais e industriais quer no âmbito das transformações infra-estruturais urbanas cobrou um preço muito alto àqueles que deles não puderam defender-se. Vítimas de acidentes de trabalho e/ou da falta de escrúpulos dos patrões, trabalhadores e trabalhadoras campinenses recorreram aos tribunais campinenses para fazerem reconhecer e valer os seus direitos contra as tragédias e injustiças das quais se viram presas. Para muitos destes homens e mulheres esta experiência modernizadora revelou-se como tribulação, dor e até mesmo morte. Flagelos. Por grande tribulação e dor passou Maria Miná da Silva.

Operária da indústria têxtil *Marques de Almeida & Cia.*, Miná, analfabeta, órfã de pai e contando 22 anos de idade, teve no tarde de 16 de setembro de 1932, uma data dolorosamente inesquecível. Trabalhando havia três meses nesta empresa como tecelã,

3 Levantamos cerca de cem processos de acidentes de trabalho havidos entre os anos 1930 e início dos anos 1950, que pesquisamos em trabalho exploratório junto ao Depósito Judiciário do Fórum Affonso Campos, na cidade de Campina Grande. Estes documentos remetem às frágeis condições de trabalho com que os trabalhadores campinenses se depararam ao longo desta trajetória modernizadora e, em função de condições tão precárias, as suas vidas estiveram muitas vezes em perigo.

Miná era considerada uma operária trabalhadora e atenta ao serviço – conforme depoimento do seu patrão, o senhor João Marques de Almeida.⁴

Certamente consciente da necessidade do seu salário para a manutenção de sua família Maria Miná não negligenciava o seu trabalho, e primava, de acordo com o senhor Marques de Almeida, pelo “adiantamento do serviço”. Miná, apesar do pouco tempo de serviço prestado a empresa, parecia mesmo ser uma operária competente, pois já operava uma máquina naquela fábrica de tecidos e estopa. O acidente de trabalho que a vitimou ocorreu exatamente pelo excesso de zelo desta trabalhadora, podemos assim dizer, para com a produção com a qual estava comprometida.

Tendo a máquina na qual ela trabalhava parado, devido à falta de fios, Maria Miná foi encher a carreta de fios em outra máquina própria para este fim. Neste processo um parafuso da referida máquina saltou e caiu ao chão, continuando a máquina em movimento. Ao abaixar-se para pegar o parafuso que caíra, outras peças da máquina em movimento rotativo, pegaram-na pelos cabelos, segurando-a. Este foi apenas o início do suplício de Miná, porque tal suplício não ficou circunscrito apenas às dores físicas. Maria Miná da Silva foi socorrida por algumas colegas de trabalho que conseguiram parar a máquina, mas, para livrá-la daquela situação, recorreram a um canivete para cortar apressadamente os seus cabelos.

Sangrando, em função dos ferimentos causados pela perda de parte do couro cabeludo, pois segundo o depoimento da operária Helena Gomes, companheira de Miná, “a máquina arrancara parte dos seus cabelos e pele do crânio, derramando muito sangue”, a operária foi levada à presença do gerente da empresa, o senhor Dionísio Campos que a liberou do serviço e mandou-a para casa. Poder-se-ia supor que a atitude do senhor Dionísio Campos ao mandar a operária para casa para descansar seria uma atitude correta. Puro engano. De acordo com o depoimento da vítima, “o senhor

⁴ O processo envolvendo a operária Maria Miná da Silva e a empresa Marques de Almeida & Cia. pode ser encontrado no Depósito Judiciário do Fórum Affonso Campos, na cidade de Campina Grande. Caixa 210, 2ª Vara Cível – Acidentes de Trabalho – Diversos Anos.

Campos disse apenas para ela lavar os ferimentos com água fria; que aquilo era asneira”.⁵

Este processo é importante porque revela também outros componentes do mundo do trabalho em Campina Grande por este período: nele nos deparamos com a difícil relação entre patrões e empregados, entre os próprios empregados e entre patrões e sindicatos,⁶ entidades que se viam, até certo ponto, fortalecidas com o estabelecimento de um Estado que se pretendia trabalhista.⁷

No depoimento da operária Cecília Venâncio da Silva consta que

O mestre Honorato lavou-lhe a cabeça com água fria para lavar o sangue que corria dos ferimentos e, em seguida, levaram-na ao escritório. O senhor Honorato disse ao senhor Dionísio Campos que achava conveniente levar a acidentada a uma farmácia para fazer o respectivo tratamento; que o senhor Dionísio Campos, em ar risonho e gracejante, disse que não precisava, pois o caso não era grave, e a acidentada era solteira e quando casasse, aqueles ferimentos sarariam; que o senhor Campos lavara a cabeça da acidentada com arnica em tintura e mandou esta para casa dizendo que ela ficaria ganhando o respectivo salário, até que ficasse restabelecida.

11

Podemos observar alguma cumplicidade, um ‘unísono’ entre os depoimentos femininos em favor da colega acidentada quanto ao tratamento inadequado que a dispensou o gerente da empresa. No entanto, todos os depoimentos são unânimes em afirmar a falta de perícia da operária para operar a máquina que a acidentou.

Entre os mestres tecelões, além de culparem Maria Miná por sua imperícia, os seus depoimentos tendem a inocentar o patrão. Honorato Albino Nunes chega a dizer que

⁵ Dionísio Campos não foi chamado a prestar depoimento neste inquérito. A Justiça ouviu João Marques de Almeida, um dos sócios da empresa, mas que não teve contato direto com a acidentada, segundo somos levados a crer pelo que consta nos autos do processo.

⁶ É importante destacarmos que temos encontrado, no decorrer de nossa pesquisa, indícios da existência de muitos sindicatos em Campina Grande. Quase todas as categorias profissionais podiam contar com o seu sindicato. Estes indícios podem ser confirmados no trabalho de GURJÃO, Eliete de Queirós. *Morte e vida das oligarquias: Paraíba (1889-1945)*. João Pessoa, Editora Universitária/UFPB, 1994 (p. 143-171).

⁷ Neste processo constam os depoimentos de cinco testemunhas, sendo três mulheres (Maria Guedes de Moraes, Helena Gomes, e Cecília Venâncio da Silva – todas operárias do mesmo nível de Maria Miná da Silva) e dois homens (Ezequiel Bezerra de Almeida, e Honorato Albino Nunes – o primeiro, mestre geral de fiação e tecidos da empresa, e o segundo, também mestre de fiação).

Ele e o senhor Dionísio lavaram a cabeça da acidentada com água fria porque a acidentada não quis ir à farmácia ali vizinha do doutor Ageu de Castro, a mandado mesmo do senhor Dionísio Campos, para ser feito o tratamento de urgência; que a dita operária não ia porque estava com a roupa velha; que nessa ocasião o senhor Campos foi até a farmácia e de lá trouxe um vidro com medicamento líquido, botou na cabeça da acidentada, colocando também uma posta de algodão higiênico e, em seguida, mandou a operária ir para casa.

Ezequiel Bezerra de Almeida afirmou durante o seu depoimento que Maria Miná da Silva “não tinha autorização para operar na máquina na qual ela sofreu o acidente”. Disse ainda que não viu a empregada uma vez que esta havia sido levada ao escritório; ele dirigiu-se ao escritório mas não a encontrou mais, uma vez que ela já havia sido levada para casa e que o senhor Dionísio Campos saíra com o médico Elpídio de Almeida para a casa da vítima; que o senhor Campos lhe dissera que estava muito contrariado, pois havia enviado dinheiro para a operária acidentada e esta o devolvera; que esta operária ganha o ordenado por peças que faz, dando uma média diária de dois a três mil réis.

A contrariedade que incomodou o senhor Dionísio Campos, conforme afirmado pelo depoente, nos permite pensar algo mais para além das preocupações deste industrial com a sorte de sua empregada. Em todos os depoimentos colhidos neste inquérito é recorrente a informação segundo a qual a operária acidentada fora liberada do serviço sob a garantia patronal de que ela continuaria a receber os seus salários até recuperar-se prontamente dos seus ferimentos.

João Marques de Almeida afirmou que se colocou à disposição de Maria Miná para o que ela precisasse – inclusive mais auxílio médico; que no sábado seguinte ao acidente a firma pagou a todos os funcionários, inclusive a Miná. Disse ainda que no dia 24 a firma mandou entregar a empregada doze mil réis como auxílio. Maria Miná, no entanto, devolveu a quantia aludida através de uma carta e argumentou que a devolução devia-se ao fato de que o caso estava na alçada da Polícia.

Julgando-se lesada quanto à quantia recebida, Miná, certamente orientada pelo Sindicato Geral dos Trabalhadores – uma vez que não poderia escrever uma carta já que era analfabeta –, devolveu para a empresa o dinheiro que esta lhe havia remetido.

Entre as idas e vindas dos depoimentos podemos encontrar alguns elementos importantes para compreendermos aquele universo: fica a impressão, por exemplo, que os mestres de fiação foram preparados para defender a empresa naquele litígio, através dos seus depoimentos. No entanto, em quase todas as falas, aparece a ojeriza dos empregadores aos sindicatos, que se configura na ameaça latente de demissão caso estes trabalhadores compusessem os seus quadros. Em decorrência disto percebe-se o medo dos operários em declararem-se sindicalizados; inversamente, a resposta mais comum destes trabalhadores à pergunta dos gerentes sobre se pertenciam ao sindicato, era que não pertenciam nem pretendiam pertencer. A própria Maria Miná em seu depoimento disse que no ato do acidente, quando levada à presença do seu gerente, fora por este ameaçada de demissão caso pertencesse ao “Sindicato Geral dos Trabalhadores”. Ao final, segundo decisão do juiz deste conflito, a empresa Marques de Almeida foi condenada a pagar duzentos e onze mil réis, sendo trinta e nove mil réis a operária Maria Miná da Silva, e cento e setenta e dois ao Sindicato dos Trabalhadores, da assistência prestada a mencionada operária, pagando ainda as custas do processo.

Estamos certos que os processos judiciais são documentos interessados, ‘gelatinosos’ – como, aliás, todos os demais. Entre a malícia e as manobras de advogados de defesa e promotores públicos, encontramos a difícil situação das testemunhas que também operam maliciosamente, no sentido de comprometer-se na menor proporção possível. Certamente não se constituiu em tarefa das mais fáceis para trabalhadores faltos de cultura letrada, em sua maioria esmagadora, enfrentarem – ainda que apenas para prestarem depoimentos – autoridades judiciárias nos tribunais campinenses.

Diante de uma documentação desta natureza, elaborada em circunstâncias onde abundam componentes de teatralidade, o pesquisador não deve pretender encontrar *a verdade* acerca dos fatos, ou o que realmente aconteceu, mas podemos através dela chegarmos bem próximos a efeitos do real, aqui entendidos como a experiência vivida na medida em que a existência destes processos aos quais estamos nos referindo nos remete a realidade dos acidentes de trabalho, às perdas, às dores e à morte destes trabalhadores. Nesse sentido, nos é dado chegarmos ao indiciamento destes

acontecimentos e, graças à sua repetição, sugerimos as fissuras e os antagonismos sociais.

Na órbita mesmo do Judiciário, quando da formulação dos processos, nos deparamos com um mal disfarçado preconceito de classe. A linguagem usada pelos escribas judiciais define, de imediato, aqueles que naquele universo detêm importância social. No processo envolvendo a operária Maria Miná da Silva e a empresa Marques de Almeida, por exemplo, ao identificar os dois principais antagonistas do processo quando da tomada dos seus depoimentos, o escriba não tem dúvidas: o empresário é identificado como “o *cidadão* João Marques de Almeida”, já a trabalhadora é apresentada como “a *operária ofendida* Maria Miná da Silva”. São filigranas como estas que, de tão ricas em significado, vão definindo os aspectos cruciais desta experiência social na medida em que nos dão a ver o *que* e *quem* poderia ser considerado socialmente relevante pelo *status quo*.

Portanto, o contato do pesquisador com este tipo de material lhe permite construir versões verossímeis sobre a existência social a partir das versões elaboradas por aqueles que protagonizaram os acontecimentos que entendemos importantes para aquele período histórico sobre o qual nos voltamos. Acreditamos que a abordagem destes processos judiciais com a devida atenção ao contexto no qual foram produzidos nos coloca em condições de revelar significados, uma vez que teremos aberto, ao nosso dispor, um mundo eivado de contradições e conflitos que se anunciam e se constituem naquilo que fora verbalmente formulado pelos sujeitos históricos cujas ações constituíram-se na razão de ser de materiais tão úteis para a nossa compreensão deste passado (CHALHOUB, 1986).

A fotografia que segue revela homem e máquina em harmônica relação. Para questionar essa calma aparente invocamos duas imagens literárias: uma produzida por um memorialista há muito radicado na cidade, e outra resultante de um discurso jurídico elaborado nos tribunais de justiça em Campina Grande, expresso num outro processo por acidente de trabalho. Estas imagens envolvem mais um símbolo caro aos ideais modernizantes em voga na Campina Grande de então, a partir das quais podemos significar muito dos seus impactos.

Assim como conviveu lado a lado com os operários nas indústrias de transformação com os seus pouco confiáveis maquinismos, a tragédia esteve sempre marcando a sua presença durante a realização de obras destinadas a embelezar ou ampliar a capacidade infra-estrutural de Campina Grande. Pelo menos é o que nos faz pensar as imagens que podemos projetar a partir da leitura destes processos.

Acreditamos que, inversamente da beleza e grandeza quase sempre apresentadas pelas imagens fotográficas – quando revelam (como neste caso particularmente) equipamentos que deveriam oferecer conforto à população e, ao mesmo tempo, atestar a modernização e o progresso econômico da cidade –, processos por acidentes de trabalho assim como determinados detalhes dos trabalhos dos memorialistas, acionam para nós o reverso da moeda da modernização. No mesmo caminho trilham os materiais coletados nos jornais em circulação à época que, de várias formas, nos deixaram indícios preciosos para significarmos o grau das ambigüidades inerentes aos ideais modernizantes que os próprios veículos de comunicação abraçavam.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AMORIM, Laura Helena Baracuhy. A Economia Paraibana na Etapa da Articulação Comercial (1930-1970). In FERNANDES, Irene Rodrigues e AMORIM, Laura Helena Baracuhy. *Atividades produtivas na Paraíba*. Vol. 2, João Pessoa, Editora Universitária, 1999.

BECALHO, Seno. *Vagamundagem*. Campina Grande, Impresso para consumo doméstico, 2006.

BENJAMIN, Walter. Pequena história da fotografia. In *Obras Escolhidas – Magia e Técnica, Arte e Política*. Tradução de Sérgio Paulo Rouanet. São Paulo, Brasiliense, 1993.

CABRAL FILHO, Severino. *A cidade revelada: Campina Grande em imagens e história*. Campina Grande, Editora da UFCG, 2009.

CÂMARA, Epaminondas. *Datas Campinenses*. Campina Grande, Editora Caravela, 1988.

CHALHOUB, Sidney. *Trabalho, lar e botequim – o cotidiano dos trabalhadores no Rio de Janeiro da Belle Époque*. São Paulo, Brasiliense, 1986.

DINIZ, Ariosvaldo da Silva. *A Maldição do Trabalho: homens pobres, mendigos, ladrões... no imaginário das elites nordestinas (1850-1930)*. João Pessoa, Manufatura, 2004.

GAY, Peter. *O Século de Schnitzler – a formação da cultura de classe média – 1815-1914*. Tradução de S. Duarte, São Paulo, Companhia das Letras, 2002.

GURJÃO, Eliete de Queirós. *Morte e vida das oligarquias: Paraíba (1889-1945)*. João Pessoa, Editora Universitária/UFPB, 1994.

MACHADO, Arlindo. *A ilusão especular – Introdução à fotografia*. São Paulo, Brasiliense, 1984.

PAES, Marcelo Renato de Cerqueira. *Do azeite de mamona à eletricidade: anotações para uma história da energia elétrica na Paraíba*. João Pessoa, Editora Rivaissa, 1994.

SILVA FILHO, Lino Gomes. *Síntese Histórica de Campina Grande (1670-1963)*. Campina Grande, Editora Grafset, 2005.

SOUSA, Fábio Gutemberg R. Bezerra. *Cartografias e Imagens da cidade: Campina Grande – (1920-1945)*. Tese de Doutorado em História. Campinas, Unicamp, 2001.

SOUZA, Antonio Clarindo Barbosa. *Lazeres permitidos, prazeres proibidos: sociedade, cultura e lazer em Campina Grande (1945-1965)*. Tese de Doutorado em História. Recife, Universidade Federal de Pernambuco, 2002.